Medida Provisória n° 2178-34, de 2001

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.

Assunto: Política Social - Educação

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 01/08/2001 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Destino: Ao arquivo

Último estado: 01/08/2001 - SEM EFICÁCIA

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1784 de 1998

Medida Provisória nº 1784/1 de 1999

Medida Provisória nº 1784/2 de 1999

Medida Provisória nº 1784/3 de 1999

Medida Provisória nº 1784/4 de 1999

Medida Provisória nº 1784/5 de 1999

Medida Provisória nº 1784/6 de 1999

Medida Provisória nº 1853/7 de 1999

Medida Provisória nº 1853/9 de 1999

Medida Provisória nº 1853/10 de 1999

Medida Provisória nº 1853/11 de 1999

Medida Provisória nº 1853/12 de 1999

Medida Provisória nº 1979/15 de 2000

Medida Provisória nº 1979/16 de 2000

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1979/17 de 2000

Medida Provisória nº 1979/18 de 2000

Medida Provisória nº 1979/19 de 2000

Medida Provisória nº 1979/20 de 2000

Medida Provisória nº 1979/21 de 2000

Medida Provisória nº 1979/22 de 2000

Medida Provisória nº 1979/23 de 2000

Medida Provisória nº 1979/24 de 2000

Medida Provisória nº 1979/25 de 2000

Medida Provisória nº 1979/26 de 2000

Medida Provisória nº 2100/29 de 2001

Medida Provisória nº 2100/30 de 2001

Medida Provisória nº 2100/31 de 2001

Medida Provisória nº 2100/32 de 2001

Medida Provisória nº 2178/36 de 2001

Medida Provisória nº 2100/33 de 2001

Medida Provisória nº 2178/35 de 2001

TRAMITAÇÃO

01/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: A presente Medida Provisória foi reeditada com dois (2) dias de antecedência pela de nº 2.178-35 , de 26 de julho de 2001, conforme publicação no DOU do dia 27.7.2001 (Seção I), sem alterações, conforme fls. nº 79 a 87 anexadas ao processo.

01/08/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: SEM EFICÁCIA

Ação: Anexadas fls. nºs 43 a 78, referentes à Mensagem nº 420/2001-CN.

Publicado no DCN Páginas 15896-15930

31/07/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Decorrido o prazo regimental, sem a instalação da Comissão, a matéria é encaminhada à SSCLCN.

TRAMITAÇÃO

04/07/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: No prazo regimental não foi adicionada emenda à Medida Provisória.

03/07/2001 CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

Ação: Convalidadas as emendas de nºs. 001 a 017 constantes da Medida Provisória nº 2.100-33 , nos termos do Ofício CN 103/99 (DSF 07.05.99).

02/07/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Ao Serviço de Comissões Mistas.

02/07/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Foram anexados os originais das emendas apresentadas à Medida Provisória nº 2.100-33, conforme folhas nºs 08 a 42.

02/07/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Ação: Convalidada a Comissão Mista destinada a apreciar a MP nº 2.100-33/2001, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

02/07/2001 CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Ação: A presente Medida Provisória revogou e reeditou a Medida Provisória nº 2.2100-33, sem alterações, convalidando os atos da referida Medida conforme folhas nºs 01 a 07, anexadas ao processo.

29/06/2001 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Situação: AGUARDANDO LEITURA

Ação: Este processo contém 07 (sete) folhas numeradas e rubricadas.
À SSCLCN.

Publicado no DOU Páginas 52-57

DOCUMENTOS

Texto inicial - MPV 2178-

Data: 29/06/2001

Autor: Presidência da República

Local: null

Descrição/Ementa: Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.